



Brasil debate o Código Ambiental

FPA promove audiências públicas para debater o novo Código Ambiental Brasileiro que substituirá o Código Florestal se aprovado. A proposta é prioridade do setor agropecuário no Congresso Nacional em 2009

A apresentação do PL 5.367/2009 foi uma das principais ações da Frente Parlamentar da Agropecuária em 2009. O projeto institui o Código Ambiental Brasileiro e estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente

A proposta cria ainda a Política Geral de Meio Ambiente Urbano, revogando os Decretos Leis 1.413/1975 e 4.297/2002, as Leis 6.938/1981 e 4.771/1965, o Art. 7º da Lei 9.605/1998 e o Art. 22 da Lei 9.985/2000.

O objetivo é oferecer à sociedade um projeto que acolha as mais de 16 mil normas vigentes na atual legislação, fundamentando as mudanças em estudos técnico-científicos e na constitucionalidade.

Após a sua apresentação, a FPA, iniciou uma série de debates e audiências públicas em diversos Estados.

Reserva Legal: prazo para averbação vence em 11 de dezembro

Caso a legislação atual não seja alterada até 11 de dezembro de 2009, prazo final para a averbação da Reserva Legal (RL), mais de um milhão de produtores rurais estarão na ilegalidade. Pela Lei em vigor o proprietário abre mão de 20% de sua terra para a RL. No Cerrado, a área é de 35% e na Amazônia, 80%.

A aplicação do Decreto 6.695/08 que exclui a Amazônia do decreto 6.684/08 mobilizou a FPA, que luta por sua anulação.

Priorizando a área ambiental, a bancada ocupou a presidência e a relatoria da Subcomissão Especial para Tratar das Questões Ambientais e Seus Impactos no Agronegócio.

Na Comissão de Meio Ambiente a FPA aprovou com ampla maioria de votos a Proposta de Fiscalização e Controle 44/2008. A proposta visa a fiscalização da origem, legalidade, custos e demais ações na formatação de políticas públicas ambientais por parte da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.



Código Ambiental Brasileiro vai harmonizar a produção e a preservação da biodiversidade

OPINIÃO: A quem cabe legislar sobre matéria ambiental?

Deputado Valdir Colatto - Presidente da FPA

O debate envolvendo a preservação do meio ambiente possui várias vertentes, a começar pela competência de legislar sobre este tema.

A Constituição de 1988 define em seu artigo 24 que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente o meio ambiente.

Ou seja, a União estabelecerá regras gerais que serão suplementadas por meio de normas específicas pelos entes federativos.

Esta harmonia entre União e Estados é o que preconiza o Código Ambiental Brasileiro.

Na atual conjuntura, nenhum Estado brasileiro pode legislar sobre seus recursos naturais, já que a União detém, de forma inconstitucional, a exclusividade para legislar sobre direito ambiental.

A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (6.938/81) e o Código Florestal (4.771/65)

não contemplam os preceitos constitucionais expostos acima, impedem a compreensão e seu cumprimento.

A compensação pelos serviços ambientais também é prioritária. Na Europa e nos Estados Unidos, os programas de apoio à conservação ambiental representam parcela significativa da renda dos produtores.

A pretendida ampliação das áreas de Reserva Legal está na contramão da realidade ambiental internacional. O Brasil precisa manter as áreas já consolidadas e ampliar a produção rural através do pacto federativo ambiental descentralizado.

As reservas legais devem ser criadas nos biomas e nas bacias hidrográficas, não mais nas propriedades.

Com isso, a União deverá dar autonomia aos Estados para fazerem o Zoneamento Econômico-Ecológico baseado na ciência e não no achismo sem base técnica.

A bancada mais articulada do Congresso Nacional

Quase metade dos parlamentares da Câmara e do Senado Federal fazem parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Representada em todas as regiões, a FPA possui 231 deputados e 35 senadores de todas as correntes políticas.



Deputado
Valdir Colatto
PMDB/SC
Presidente



Senador
Gilberto Goellner
DEM/MT
Vice-Presidente



Deputado
Moacir Micheletto
PMDB/PR
Coordenador Político



Deputado
Marcos Montes
DEM/MG
Secretário Geral



Deputado
Moreira Mendes
PPS/RO
Vice-Presidente
Região Norte



Deputado
Betinho Rosado
DEM/RN
Vice-Presidente
Região Nordeste



Deputado
Homero Pereira
PR/MT
Vice-Presidente
Região Centro-Oeste



Deputado
Duarte Nogueira
PSDB/SP
Vice-Presidente
Região Sudeste



Deputado Luis
Carlos Heinze
PP/RS
Vice-Presidente
Região Sul

Deputados - 231 membros

Abelardo Camarinha - PSB/SP
Abelardo Lupion - DEM/ PR
Ademir Camilo - PDT/MG
Aelton Freitas - PR/MG
Afonso Hamm - PP/RS
Airton Roveda - PR/PR
Alex Canziani - PTB/ PR
Alexandre Silveira - PPS/ MG
Alfredo Kaefer - PSDB/PR
Aline Corrêa - PP/SP
André de Paula - DEM/PE
André Zacharow - PMDB/PR
Anibal Gomes - PMDB/CE
Antonio Andrade - PMDB/MG
Antonio Bulhões - PMDB/SP
ACM Neto - DEM/ BA
Antonio Feijão - PSDB/AP
Ariosto Holanda - PSB/CE
Arnaldo Jardim - PPS/SP
Arnaldo Madeira - PSDB/SP
Arnaldo Vianna - PDT/RJ
Arnon Bezerra - PTB/CE
Asdrubal Bentes - PMDB/PA
Átila Lira - PSB/PI
Bel Mesquita - PMDB/PA
Bernardo Ariston - PMDB/RJ
Betinho Rosado - DEM/RN
Bonifácio de Andrada - PSDB/MG
Bruno Rodrigues - PSDB/PE
Camilo Cola - PMDB/ES
Carlos A. Canuto - PMDB/AL
Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO
Carlos Brandão - PSDB/ MA
Carlos Melles - DEM/MG
Carlos Sampáio - PSDB/SP
Carlos Willian - PTC/MG
Celso Maldaner - PMDB/SC
Cezar Silvestri - PPS/PR
Chico da Princesa - PR/PR
Chico Lopes - PCdoB/ CE
Ciro Pedrosa - PV/ MG
Cleber Verde - PRB/MA
Colbert Martins - PMDB/BA
Dagoberto - PDT/MS
Daniel Almeida - PCdoB/BA
Darcísio Perondi - PMDB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR
Dr. Adilson Soares - PR/RJ
Dr. Talmir - PV/SP
Dr. Ubiali - PSB/SP

Duarte Nogueira - PSDB/SP
Edgar Moury - PMDB/PE
Edinho Bez - PMDB/SC
Edio Lopes - PMDB/RR
Edmar Moreira - PRMG
Edson Aparecido - PSDB/SP
Eduardo Amorim - PSC/SE
Eduardo Barbosa PSDB/MG
Eduardo Cunha - PMDB/RJ
Eduardo Gomes - PSDB/TO
Eduardo Sciarra - DEM/PR
Eduardo Valverde - PT/RO
Efraim Filho - DEM/PB
Eliene Lima - PP/MT
Ernandes Amorim - PTB/RO
Eugênio Rabelo - PP/CE
Evandro Milhomen - PCdoB/AP
Fábio Souto - DEM/BA
Fátima Bezerra - PT/RN
Fátima Pelaes - PMDB/AP
Felipe Bornier - PHS/RJ
Felipe Maia - DEM/RN
Félix Mendonça - DEM/BA
Fernando Chucre - PSDB/SP
Fernando Coruja - PPS/SC
Fernando Gabeira - PV/RJ
Filipe Pereira - PSC/RJ
Flaviano Melo - PMDB/AC
Flávio Dino - PCdoB/MA
Francisco Tenório - PMN/AL
Gastão Vieira - PMDB/MA
Geraldo Pudim - PMDB/RJ
Geraldo Resende - PMDB/ MS
Germano Bonow - DEM/RS
Giovanni Queiroz - PDT/PA
Gonzaga Patriota -PSB/PE
Guilherme Campos - DEM/SP
Hermes Parcianello - PMDB/PR
Homero Pereira - PR/MT
Hugo Leal - PSC/RJ
Humberto Souto - PPS/MG
Ilderlei Cordeiro - PPS/ AC
Jaime Martins - PR/MG
Jair Bolsonaro - PP/RJ
Jairo Ataíde - DEM /MG
Jerônimo Reis - DEM/SE
João Leão - PP/BA
João Magalhães - PMDB/MG
João Maia - PR/RN
João Matos - PMDB/SC
João Oliveira - DEM/TO
João Pizzolatti - PP/SC

Joaquim Beltrão - PMDB/AL
Jorge Khoury - DEM/BA
Jorginho Maluly - DEM/SP
José Carlos Araújo - PR/BA
José Carlos Vieira - DEM/SC
José Edmar - PR/DF
José Eduardo Cardozo - PT/SP
José Fern. Aparecido - PV/MG
José Guimarães - PT/CE
José Mentor - PT/ SP
José Otávio Germano - PP/RS
José Rocha - PR/BA
José S. Vasconcelos - PR/MG
Jovair Arantes - PTB/GO
Júlio Cesar - DEM/PI
Júlio Delgado - PSB/MG
Julio Semeghini - PSB/SP
Jurandil Juarez - PMDB/AP
Laerte Bessa - PMDB/DF
Laurez Moreira - PSB/TO
Lázaro Botelho - PP/TO
Leandro Sampaio - PPS/RJ
Leandro Vilela - PMDB/GO
Leonardo Quintão - PMDB/MG
Leonardo Vilela - PSDB/GO
Lincoln Portela - PR/MG
Luciano Pizzatto - DEM/PR
Lúcio Vale - PR/PA
Luis Carlos Heinze - PP/RS
Luiz Bittencourt - PMDB/GO
Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR
Luiz Carlos Setim - DEM/PR
Luiz Carreira - DEM/BA
Magela - PT/DF
Manato - PDT/ES
Manoel Junior - PSB/PB
Marcelo Castro - PMDB/PI
Marcelo Guim. Filho - PMDB/BA
Marcelo Melo - PMDB/GO
Marcelo Ortiz - PV/SP
Márcio França - PSB/SP
Márcio Junqueira - DEM/RR
Márcio Marinho - PR/BA
Márcio Reinaldo Moreira - PP/MG
Marcos Montes - DEM/MG
Maria Lúcia Cardoso - PMDB/MG
Marinha Raupp - PMDB/RO
Mário de Oliveira - PSC/MG
Maurício Quintella Lessa - PR/AL
Maurício Trindade - PR/BA
Mauro Benevides - PMDB/CE

Mauro Lopes - PMDB/MG
Mauro Nazif - PSB/RO
Mendes Ribeiro Filho - PMDB/RS
Moacir Micheletto - PMDB/PR
Moisés Avelino - PMDB/TO
Moreira Mendes - PPS/RO
Neilton Mulim - PR/RJ
Nelson Bornier - PMDB/RJ
Nelson Goetten - PR/SC
Nelson Marquezelli - PTB/SP
Nelson Meurer - PP/PR
Nelson Trad - PMDB/MS
Nilson Pinto - PSDB/PA
Odílio Balbinotti - PMDB/PR
Onyx Lorenzoni - DEM/RS
Osório Adriano - DEM/DF
Oswaldo Reis - PMDB/TO
Otavio Leite - PSDB/RJ
Pastor Manoel Ferreira - PTB/RJ
Paulo Bornhausen - DEM/SC
Paulo H. Lustosa - PMDB/CE
Paulo Magalhães - DEM / BA
Paulo Pereira da Silva - PDT/SP
Paulo Piau - PMDB/MG
Paulo Pimenta - PT/RS
Paulo Roberto - PTB/RS
Paulo Teixeira - PT/SP
Pedro Chaves - PMDB/GO
Pedro Fernandes - PTB/MA
Pedro Wilson - PT/GO
Pinto Itamaraty - PSDB/MA
Prof. Ruy Pauletti - PSDB/RS
Rafael Guerra - PSDB/MG
Raimundo G. Matos - PSDB/CE
Raul Jungmann - PPS/PE
Regis de Oliveira - PSC/SP
Renato Moling - PP/RS
Ribamar Alves - PSB/MA
Ricardo Barros - PP/PR
Ricardo Berzoini - PT/SP
Roberto Britto - PP/BA
Roberto Rocha - PSDB/MA
Rodrigo de Castro - PSDB/MG
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF
Rogerio Lisboa - DEM/RJ
Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Ronaldo Caiado - DEM/GO
Rose de Freitas - PMDB/ES
Rubens Otoni - PT/GO
Sabino Castelo Branco - PTB/AM
Sandes Júnior - PP/GO
Sandro Mabel - PR/GO
Sérgio Moraes - PTB/RS
Silas Brasileiro - PMDB/MG
Silvio Costa - PMN/PE
Silvio Lopes - PSDB/RJ
Solange Almeida - PMDB/RJ
Tadeu Filippelli - PMDB/DF

Takayama - PSC/PR
Uldurico Pinto - PMN/BA
Urzeni Rocha - PSDB/RR
Vadão Gomes - PP/SP
Valdir Colatto - PMDB/SC
Valtenir Pereira - PSB/MT
Vander Loubet - PT/MS
Vanderlei Macris - PSDB/SP
Vicentinho Alves - PR/TO
Wilson Covatti - PP/RS
Vital do Rêgo Filho - PMDB/PB
Vitor Penido - DEM/MG
Waldemir Moka - PMDB/MS
Waldir Neves - PSDB/MS
Wandenkolk Gonçalves - PSDB/PA
Wellington Roberto - PR/PB
William Woo - PSDB/SP
Wilson Santiago - PMDB/PB
Zequinha Marinho - PMDB/PA
Zonta - PP/SC

Senadores - 35 membros

Alvaro Dias - PSDB/PR
Augusto Botelho - PT/PR
Arthur Virgílio - PSDB/AM
César Borges - PR/BA
Cícero Lucena - PSDB/PB
Delcídio Amaral - PT/MS
Demóstenes Torres - DEM/GO
Eduardo Azeredo - PSDB/MG
Eliseu Resende - DEM/MG
Expedito Junior - PR/RO
Flávio Arns - PT/PR
Francisco Dornelles - PP/RJ
Garibaldi Alves Filho - PMDB/RN
Gilberto Goellner - DEM/MT
Gim Argelo - PTB/DF
Jayme Campos - DEM/MT
João Tenório - PSDB/AL
Katia Abreu - DEM/TO
Leomar Quintanilha - PMDB/TO
Magno Malta - PR/ES
Marconi Perillo - PSDB/GO
Marisa Serrano - PSDB/MS
Mozarildo Cavalcante - PTB/RR
Neuto De Conto - PMDB/SC
Osmar Dias - PDT/PR
Papaléo Paes - PSDB/AP
Paulo Paim - PT/ RS
Raimundo Colombo - DEM/SC
Renato Casagrande - PSB/ES
Romero Jucá - PMDB/PR
Rosalba Ciarlini - DEM/RN
Serys Silhessarenko - PT/MT
Valdir Raupp - PMDB/RO
Valter Pereira - PMDB/MS
Wellington Salgado - PMDB/MG

Expediente

Coordenação: Itazil Benício dos Santos
Assessoria Parlamentar: Fernanda do Livramento Silva e Vanda Branchine
Consultoria Jurídica: Samanta Pineda
Jornalista Responsável: Vinícius Tavares (FENAJ/DF 9.449)

SHIS - QI 11 - Bloco R Sala
208 Lago Sul - Brasília-DF
(61) 3248.4682 e 3364.2894
fpa.agropecuaria@gmail.com
www.fpagropecuaria.com.br

Bancada mobilizada pelo direito de produzir

A FPA luta para que a criação de parques, áreas indígenas e quilombolas sejam feitas por Lei para garantir ao produtor o direito constitucional de propriedade. A Frente solicitou à Advocacia Geral da União a revisão do Decreto Lei 4.887/2003 que trata da demarcação de terras para remanescentes de quilombos. Os líderes da FPA obtiveram avanços no pedido de reavaliação do processo de demarcação da terra quilombola Invernada dos Negros (SC) pelo INCRA. Estão inseridas na área uma fábrica de celulose com mil empregados e 80 pequenas propriedades rurais.

No que se refere às terras indígenas, o destaque foi a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 510/08 sustando a demarcação da reserva Maraiwatsede (MT). Também foi aprovado o PDC 797/08 que interrompe os estudos para demarcação de seis áreas indígenas no Mato Grosso do Sul por falta de documentação específica.

Para a regularização fundiária das terras da União na Amazônia Legal, a FPA apresentou emendas e assumiu a relatoria da Medida Provisória nº 458.

Este ano, a FPA apoiou ainda o PDC 1.631/2009 que susta os efeitos dos artigos da Norma de Execução do INCRA nº 83. A norma estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento da reforma agrária.

Subcomissão da Câmara debate Conflitos Agrários

Os deputados debateram propostas na Subcomissão Especial de Intermediação de Conflitos Agrários sobre a demarcação de terras para reforma agrária, para reservas indígenas e quilombolas.

A Subcomissão realizou audiência pública em Marabá (PA) e produziu um documento intitulado "Carta de Marabá", com manifestações e sugestões.

Os parlamentares solicitaram ao governo do Estado o cumprimento das decisões liminares possessórias pendentes de efetivação.

Ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará, a FPA solicitou

o retorno do poder decisório nas decisões liminares que envolvam posse de terras.

O documento pede ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que seja apontado prazo para a regularização fundiária nas regiões de conflito. A FPA denunciou ainda a omissão do Ministério Público Federal à Procuradoria Geral da República.

Em Burity (RO), a audiência tratou da desocupação da Floresta Nacional do Bom Futuro. A FPA defende a manutenção de pequenos agricultores que estavam instalados na região antes da criação de reserva.

Acompanhe as prioridades da FPA

Exigir infra-estrutura para o escoamento da produção por meio da recuperação de estradas, portos e aeroportos e melhoria da logística para o escoamento da produção;	Garantir direito de propriedade; Aprovar projeto que prevê que terras indígenas, quilombolas e parques devem ser demarcadas a partir de lei no Congresso Nacional;
Apoiar implantação de programa de Defesa Agropecuária e desburocratizar normas sanitárias aos produtores e agroindústrias;	Criar Seguro Rural abrangente que garanta o plantio da safra mesmo diante de problemas sanitários, cambiais e climáticos;
Implantar a armazenagem em nível de propriedade via programas de crédito;	Reduzir custos de produção, com diminuição da carga tributária sobre alimentos e insumos;
Divulgar a importância da agropecuária para economia;	Criar novos parâmetros para discussão dos índices de produtividade;
Apoiar a comercialização e preço mínimo ao produtor;	Implantar política agrícola de longo prazo;
Apoiar a produção nacional de biocombustíveis;	Apoiar pesquisa biotecnológica;
Atualizar a legislação ambiental;	Aprovar Lei do Cooperativismo.

Alteração nos índices de produtividade rural provoca forte reação

Contrária à alteração nos índices de produtividade rural para fins de desapropriação de terras, a Frente conseguiu o apoio maciço de lideranças de diversos partidos e exigiu que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não assinasse a portaria interministerial com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em resposta, a FPA apresentou o PL 5.887/09 no qual o Congresso Nacional decidirá sobre desapropriação de terras para criação de unidades ambientais, reservas indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos da reforma agrária.

O setor, que enfrenta dificuldades com o alto custo de produção, elevado preço dos insumos e rigidez da legislação ambiental, considera o debate inoportuno.

A FPA defende a criação de novos parâmetros levando em conta a tecnologia, a garantia de preço e o mercado.

Energia

As comissões de Agricultura e de Infra-Estrutura do Senado discutiram o PLS 81/08 que trata da comercialização de óleo de origem vegetal como combustível para veículos e máquinas agrícolas.

A Frente apresentou o PL 5.403/09, que destina aos municípios parte dos recursos da CIDE incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados e álcool etílico combustível.

Pecuária

O Plenário aprovou o PL 3.514/08 que disciplina a rastreabilidade dos rebanhos bovino e bubalino. Também neste ano foi discutido o embargo à carne bovina do Pará.

Formicidas

A Frente votou contra a suspensão do uso da Sufluramida na fabricação de iscas formicidas e rejeitou a proibição de defensivos agrícolas que contenham em sua composição o ácido 2,4-D.

Padronização

FPA propõe padrão de classificação e fiscalização de produtos animais e vegetais, subprodutos, derivados e seus resíduos de valor fixado pelo MAPA.

O PL 5.482/09 alcança os produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo.

Dívida agrícola: FPA lidera negociação por melhores condições de pagamento

Crédito: Secom/MT



FPA quer juros mais baixos para o produtor rural

Após renegociar R\$ 75 bilhões de dívidas em 2008, a FPA passou a exigir melhores prazos e condições ajustadas à capacidade de pagamento dos produtores e o recálculo das dívidas, incluídas as inscritas na Dívida Ativa da União.

Com o prazo de adesão fixado no dia 30 de junho passado e o prazo de liquidação ou pagamento da primeira parcela para 30 de dezembro próximo, os produtores rurais aguardam as normas sem a pressão dos agentes financeiros e da Justiça.

Os descontos ficaram fixados entre 38% a 70% para liquidação e de 33% a 65% para amortização em parcelas semestrais ou anuais, em dez anos.

Outra atuação da FPA refere-se à Lei 11.922/09 (MP 445) em que o setor rural conseguiu prazos adicionais para regularizar com

descontos as operações inadimplentes da Securitização, Recoop e Pronaf.

A FPA conseguiu junto ao BNDES a inclusão das demais linhas de financiamento para investimento com recursos do banco, na renegociação das dívidas, possibilitando o pagamento de 40% da parcela vencida em 2008 e prorrogando o saldo remanescente de

três a cinco anos.

Atendendo pedido da FPA, o Conselho Monetário Nacional estendeu para 15 de agosto o prazo aos produtores com prejuízos decorrentes da seca para pagamento das operações de custeio, inclusive os alongados de safras anteriores e investimentos contratados com recursos do BNDES, Finame Agrícola Especial e Proger Rural.

Foram beneficiados os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A FPA também apresentou emendas à MP 449 propondo perdão de dívidas de crédito rural transferidas para a União e isonomia quanto aos débitos inscritos na DAU. A FPA quer uma solução da dívida com a financiamento de 20 anos e juros de 4,5% ao ano.

Subcomissão da dívida aponta sugestões

O relatório da Subcomissão da Renda Rural, Política Agrícola e Endividamento entregue aos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Desenvolvimento Agrário sugere as seguintes ações:

* Criar sistema integrado de defesa sanitária e segurança alimentar com estados e municípios;

* Implantar medidas de proteção da renda ao produtor rural baseadas nas orientações da OMC;

* Fortalecer os Sistemas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural;

* Garantir recursos ao Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola;

* Reduzir custos e o risco econômico da atividade rural;

* Disponibilizar recursos financeiros;

* Equacionar em definitivo as dívidas antigas;

* Incluir os mini e pequenos agricultores ao mercado;

* Criar política de estímulo e fomento a indústrias processadoras de matérias primas rurais;

* Remunerar o produtor pela prestação de serviços ambientais;

* Abertura de novos mercados agrícolas e consolidação dos adidos agrícolas;

* Fortalecer o Conselho Nacional de Política Agrícola;

* Fortalecer o cooperativismo e associativismo rural.



Não ao Funrural

Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha vetado a isenção ao Funrural, a FPA continua na luta pela queda da cobrança de contribuição social sobre a receita obtida pela venda de produtos destinados ao plantio ou reflorestamento, de sementes e animais para reprodução ou criação pecuária e sua utilização como cobaia em pesquisas.

Empreendedorismo rural

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou o PL 3.823/08 que concede crédito rural diferenciado para profissionais universitários na área da agricultura e pecuária. O apoio aos empreendimentos tem por objetivo desencadear iniciativas que gerem o desenvolvimento rural.

Redução Tributária

A FPA apoiou a demanda do setor avícola junto ao Governo Federal visando o restabelecimento do crédito presumido de 80% para as alíquotas do PIS e da CONFINS. A Frente aprovou emenda à MP 449, anulando débitos com a Fazenda Nacional, vencidos há cinco anos ou mais até R\$ 10 mil.

Fundo de catástrofe

A Frente assumiu a relatoria do PLP 374/08 que aperfeiçoa os instrumentos de seguro rural, autorizando as companhias seguradoras privadas a constituírem um consórcio que irá gerir um "Fundo" que segurará o produtor contra catástrofes.

Adidos Agrícolas

Atendendo proposta da FPA, os ministérios da Agricultura e de Relações Exteriores selecionam adidos agrícolas para Buenos Aires, Bruxelas, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington.

Nova política agrícola

A Comissão de Agricultura do Senado discutiu a nova linha de crédito do Governo Federal (R\$ 1,5 bi) para aquisição de insumos. A FPA assumiu a presidência e a relatoria da Comissão Especial da Crise no setor.

Antidumping do alho

A Frente quer obrigar os importadores de alho a pagarem a taxa antidumping de US\$ 0,54 por quilo de alho importado da China para proteger o produtor brasileiro.